

SESSÕES DO PLENÁRIO

60ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de junho de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO FABRÍCIO FALCÃO (3º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robinho, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Alex Lima comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas sessões dos dias 11 e 12/05/2016

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 52ª, 53ª, 56ª e 57ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 30 e

31 de maio e em 7 e 8 de junho; 25ª, 27ª, 28ª e 32ª especial, realizadas, respectivamente, em 19 de maio e em 2, 7, 8 e 10 de junho.

Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas as atas à unanimidade.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra, o deputado Robinho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Sr. Presidente Fabrício Falcão e demais colegas deputados, boa tarde. Eu aproveito a oportunidade para falar de atos que entristecem a nossa Bahia, como os incidentes que vêm acontecendo no Extremo Sul, por exemplo, na Veracel, que é uma empresa que emprega mais de 2 mil pessoas, tem uma receita anual de mais de US\$2 bilhões e queria fazer um investimento de mais de R\$8 milhões na região. Mas, por causa do Movimento Sem-Terra e da falta de respeito, manifestada pelas invasões às terras de plantio de eucalipto, a empresa desviou o seu investimento para a Argentina.

Segunda-feira, o Movimento Sem-Terra invadiu o pátio da Suzano Papel e Celulose, uma empresa que emprega mais de 4.500 pessoas, com receita líquida anual de mais de 4 bilhões. Mas o Movimento fez essa invasão, alegando questões ambientais e outros problemas.

Eu sou favorável a assentamentos, à desapropriação de propriedades que não são produtivas – de forma organizada, com critérios –, sou favorável a assentar famílias que querem produzir e trabalhar. A Unialco (Usina de Álcool), uma usina que emprega 800 pessoas, foi invadida, no município de Lajedão, pelo Movimento Sem-Terra. Isso ocorreu no momento da sua safra, no alojamento dos cortadores de cana. Assim, possuiu o período de safra, e a usina, que atravessava um momento de crise financeira muito grande, decretou falência, sendo vendida para ferro-velho devido a dificuldades financeiras.

Enfim, eu não entendo por que não invadir, mas acho que esse não seria o critério mais justo. Por que o governo não desapropria áreas produtivas? Agora, porque o Movimento Sem-Terra invade empresas que estão trabalhando e gerando empregos em um momento de dificuldade?

São critérios com os quais eu não concordo e, como deputado que representa uma região, estou aqui falando da minha indignação com relação a esse comportamento. E peço que o governo preste atenção porque isso vem prejudicando as empresas. Por exemplo, a Suzano está, agora, com um investimento de mais de US\$ 700 milhões, no extremo Sul, onde vai empregar mais de 1.500 pessoas.

Então, num momento de desemprego, no qual estima-se que o Brasil está com 12 milhões de desempregados, uma empresa que está investindo e dando emprego é invadida por um Movimento Sem-Terra que não é um segmento do movimento Sem-Terra. Então, precisa-se estar atento a esses questionamentos.

Está previsto, para amanhã, a votação do Projeto de Lei 21.914/2016, que institui condições para a concessão e manutenção de benefícios. Eu diria que isso é a

quebra de um contrato. O governo deu incentivos de ICMS para as empresas virem para a região, e agora, no meio do jogo, muda as regras. É complicado. Acho que, se o governo fizesse um projeto de lei para as próximas empresas com critérios já demarcados, tudo bem. Mas as empresas acreditaram na Bahia, vieram se instalar aqui e agora, no decorrer do movimento dessas empresas, muda-se as regras do jogo. Acho que nós políticos vivemos um momento de descrédito muito grande. E a Bahia não pode sofrer esse descrédito de mudar a regra no meio do jogo.

Quero dizer ao governo do Estado que eu tenho um compromisso; e, se assumimos um compromisso, temos que cumprir com eles. As dificuldades podem acontecer, mas temos que honrar e manter a palavra. Quero aqui externar, em público, para o governo, que não voto a favor desse projeto que muda a regra no meio do jogo.

Muito obrigado, um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem nós tivemos aqui na Casa a presença do secretário da Fazenda, Dr. Manuel Vitória, que veio apresentar o quadro das demonstrações financeiras e orçamentárias do primeiro quadrimestre deste ano de 2016. Estavam lá presentes o deputado Joseildo e o deputado Luciano Ribeiro. Pelos números que pudemos observar, naquele demonstrativo, percebemos que a Secretaria da Fazenda do Governo do Estado arrecada bem. A arrecadação do Estado cresceu em relação ao mesmo período do ano passado quase que 8%, um número bem próximo da inflação dos últimos 12 meses.

No entanto, o governo, como um todo, gasta muito mal. No mesmo período, o governo gastou aproximadamente 20%, mais de 2 vezes do incremento da arrecadação. Portanto, fica claro a ineficiência do governo do Estado no que diz respeito às suas finanças. Me recorde de que, na semana passada, alguns deputados vieram a esta tribuna trazer a problemática da falta de professores nas escolas pelo interior do Estado, de um modo geral. O deputado Luciano Ribeiro foi um desses, citou aqui até alguns exemplos. Essa semana saiu na imprensa que os alunos do colégio de segundo grau Thales de Azevedo – considerado há tempos escola-modelo, uma das melhores escola de segundo grau do Estado da Bahia – tiveram de ir às ruas fazer manifestação porque falta papel para o expediente.

E para a nossa surpresa essa crise tem-se afluído dessa forma. Ela começa a chegar nas ruas, começa a bater no coração daqueles que precisam do serviço público no Estado da Bahia.

Lá em Valença, hoje pela manhã, meu caro deputado Zó, terceirizados da educação foram para a porta da Direc fazer manifestação, porque também estão há três meses sem receber seus salários. São funcionários terceirizados, empresas que prestam serviços terceirizados àquele núcleo de educação regional.

Da mesma forma, temos visto em outras áreas do Poder Executivo, a exemplo da saúde. Essa semana, conversando com um médico amigo nosso que serve no Hospital Manoel Victorino, ele, da mesma forma, se queixa de três meses de atraso do salário. Para piorar, temos queixas de que falta material hospitalar: luvas, material de curativo e medicamentos. Aliás, por falar em medicamentos, temos notícias que o governo do Estado não tem repassado para os municípios aqueles produtos da farmácia básica.

O Estado da Bahia é um dos primeiros colocados em desemprego. Temos cerca de 1,1 milhão de pessoas desempregadas, o que corresponde a 10% dos desempregados do País.

O nosso Estado é vice-campeão na falta de transparência dos seus atos financeiros e orçamentários.

Portanto, esse é o quadro da Bahia, esse é o quadro do governo estadual da Bahia, que tem sido aqui, muitas vezes, demonstrado de uma forma irreal. É exatamente a forma da propaganda do governo da Bahia. É exatamente a forma do Estado que é aqui cantado em verso e prosa pelos deputados que constituem a Base do Governo.

A Bahia real é uma outra que temos visto no dia a dia pelas ruas. E os nossos deputados da Bancada de Oposição têm se manifestado e trazido aqui a esta tribuna a real situação do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, todos que nos assistem, estou aqui nesta tribuna extremamente preocupado com os últimos acontecimentos que abordam a cena política. E é algo de uma gravidade muito grande.

O sistema político, principalmente na sua face eleitoral, está literalmente em xeque. E o que está vindo por aí? A raiz da maior parte dos problemas relacionados com a corrupção eleitoral está originalmente posta no sistema de financiamento empresarial que perdurou até as últimas eleições, o que, na prática, privatiza todo o sentimento daquele que tem mandato.

Ou seja, o financiamento empresarial dita o comportamento de um parlamento nos seus três níveis de governo, que está distante do que é a média das características do nosso povo. Mas não só do ponto de vista do perfil de quem é eleito, mas, principalmente, no ideário de quem está representando, entre aspas, nos três níveis de governo, a nossa sociedade.

E agora – me parece que não pode passar batido –, vêm aí três delações bomba, que não vão deixar pedra sobre pedra. Inclusive, alguns que vestiram figurino de freiras, de vestais, estarão sujeitos a situações extremamente constrangedoras, quando

acontecerem as delações premiadas da OAS, da Odebrecht e, agora, a pior de todas as delações que virão, sem sobra de dúvidas, a do homem-bomba que foi descartado, recentemente, o Eduardo Cunha, que tem o poder de financiamento sobre 150 deputados que moram no baixo clero da Câmara Federal. Cento e cinquenta mercadores do templo, 150 deputados que sucumbiram desde sempre na sua vida parlamentar às negociatas.

É esse povo que detém, inclusive, a liderança do atual governo na Câmara: o ilustre deputado do baixo clero do PSC sergipano, o André Moura, que representa os interesses de Cunha, que foi defenestrado, que não tem chance, inclusive, de escapar da prisão, que virá dentro de pouco tempo.

Ele, ontem, se reuniu com seus advogados, ante a iminência de sua mulher ser presa, e de sua filha também virar ré. Ele está a um passo de fazer a delação premiada que poderá balançar os alicerces da nossa jovem democracia. Combalida, é claro, pela falta de representatividade dos políticos e os seus mandatos, quase sempre viciados pela forma até então vigente de financiamento empresarial, distanciando o Parlamento, que tem a obrigação constituinte de representar o povo brasileiro nos municípios, no estado e na Federação.

Então, dentro de poucos dias, teremos a clareza de que o único caminho viável para este País é uma mudança constitucional, chamando novas eleições no mais breve período de tempo, diante da ilegitimidade de um governo que está mostrando, de antemão, por antecipação, a sua face autoritária e neoliberal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos. Grande deputado do Caculé e da Serra Geral.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa e os que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, estivemos ontem em uma Audiência Pública com o secretário da Fazenda e traçamos alguns objetivos dentro daqueles projetos que foram encaminhados a esta Casa. Entendemos que são projetos que não atendem aos interesses de todos baianos.

Por isso, algumas emendas foram apresentadas, tanto pela Frente Parlamentar da Indústria, quanto por este parlamentar que aqui vos fala. Questionamos ao secretário da Fazenda, quais as razões pelas quais as escolas públicas estaduais da Bahia estão sem professores. Pareceu-me sincero, por parte do secretário, mostrar surpresa em saber dessa informação. Efetivamente, outra não seria a reação que se espera de um secretário de Estado ao saber que no seu Estado – com tanta propaganda, com tantos discursos ditos de que o Estado anda a mil maravilhas – as escolas públicas estão sem ter professores.

Saber mais ainda que as estruturas das escolas estaduais na Bahia não reúnem condições para poder abrigar os alunos e os professores. Chegou ao ponto de em um

vídeo divulgado pelo presidente da Assembleia Legislativa, numa solenidade com o governador, ele pedir ao governador em público – como ele mesmo diz no vídeo – para fazer uma guaribada numa escola pública, que eles estavam visitando, porque sabia das dificuldades financeiras do município. Essa expressão foi do presidente da Assembleia para o governador, para fazer uma guaribada no ICEIA. Isso é para chegarmos a entender em que ponto e quais as condições em que se encontra a educação neste Estado da Bahia.

O governador deveria priorizar não só no discurso, mas na prática. Os deputados da Situação que sobem nesta tribuna deveriam trazer esse tema como nós temos trazido. Os deputados da Situação sequer tocam nesse tema. A educação não foi e nunca será prioridade neste governo. A educação está sem a estrutura necessária para a manutenção das escolas, já que aqueles que estariam para fazer a manutenção estão há 3 meses sem receber os salários. Educação que não tem professor de português há 6 meses, educação que não tem professores de matemática, de química, de física e tantos outros.

Hoje, estampado nas páginas de jornais, o governador numa cena midiática diz que está querendo implantar um prêmio para o bom desempenho dos professores. É uma iniciativa excelente. A meritocracia que já deveria ter sido implantada como nós implantamos no nosso município de Caculé, mas que deveria, na verdade, olhar a educação como um todo. Quais professores ele irá premiar se eles não existem, se os professores não estão dando aula?

Ora, governador, vamos ter um discurso mais condizente com a realidade, fazer com que os alunos que frequentam a escola pública possam ter a educação que todos nós almejamos. E que saia da propaganda e faça, na prática, a educação que os baianos merecem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, quero registrar uma Moção de Repúdio da nossa Bancada à atuação de ontem, da violência praticada pelos policiais militares que estavam na Câmara de Vereadores de Salvador, contra a manifestação liderada por estudantes, funcionários públicos, profissionais liberais, diversas categorias. Pessoas de diversos partidos, inclusive do nosso partido, foram agredidas porque discutiam, questionavam, reclamavam e se manifestavam contra a aprovação do Plano Diretor Urbano da capital baiana.

O que me preocupa é que se isso tomar forma, como vem tomando, as pessoas terão 2 tipos de manifestação: uma é aquele tipo de manifestação patrocinada pelo meio de comunicação, onde parte da polícia tira foto com os manifestantes; e outra, que é a nossa manifestação de esquerda, que normalmente é agredida pelas forças militares.

Então, a nossa Bancada do PCdoB vai encaminhar ao governador, ao secretário de Segurança Pública e ao Comandante da PM para que tomem providências a fim de que isso não aconteça. O pior é que tinham vereadores, também, fazendo a mesma coisa, agredindo as pessoas lá.

Queria fazer esse registro, claro que a nossa Bancada vai se pronunciar, mas queria fazer também um registro importante. Meus caros colegas deputados Luciano Ribeiro, Hildécio Meireles e Adolfo Viana, nós do Vale do São Francisco estávamos assistindo a uma novela do Vale do São Francisco que não parecia de lá, parecia ser de todo lugar menos do registro do nosso Velho Chico; do nosso Apará; do nosso São Francisco; do nosso Chicão. Esses dias, nós de Juazeiro nos sentimos dentro daquela novela ao registrar uma música chamada “Boato Ribeirinho”, de 3 compositores de lá de Juazeiro, Wilson Duarte, irmão do ex-deputado estadual Edson Duarte, Wilson Freitas e Nilton Freitas. Foi cantada por Christiane Torloni e tocada pelo sanfoneiro Chambinho, uma música bonita que trata da questão da preocupação com a situação atual do rio São Francisco.

Na semana passada, conversei com o senador Otto Alencar e soube que começará a fazer a fábrica de floresta lá em Minas e Bom Jesus da Lapa. Isso é importante, porque o rio sabemos que continua com a situação melhor do que no ano passado, mas com uma situação ainda muito difícil este ano, com pouco mais de 25% do Lago de Sobradinho na sua capacidade.

Essa novela que não nos trazia aparência do velho Chico, trouxe com a música “Boato Ribeirinho”, dos 3 compositores... Quero registrar, que apesar de dizer que são juazeirenses, são juazeirenses de coração, são juazeirenses como eu de acolhimento, 2 são de Uauá, uma cidade do sertão baiano, Wilson Freitas e Nilton Freitas, são irmãos, e um nasceu na capital paulista, Wilson Duarte.

Essa música que fala versos bonitos... Coloquei uma Moção de Aplauso para os 3 compositores a fim de fazer o registro da importância de a arte e a poesia serem construídas com o coração. Nesse momento, uma novela que tem audiência nacional, mostra para todo o território brasileiro, a repercussão e a necessidade de cuidar desse patrimônio chamado rio São Francisco, que banha tantos estados neste País, que acolhe a tantos e que não é acolhido pelas pessoas, não só pelos governantes, não só pelos políticos, mas por muita gente que joga lixo, joga esgoto, trata o rio em condições que não merece.

Faço esse registro para deixar uma Moção de Aplauso, o nosso agradecimento enquanto juazeirense, enquanto sanfranciscano, enquanto pilão-arcadense para esses 3 compositores. Com certeza, sei que essa Moção de Aplauso é acolhida por esta Casa, porque o rio São Francisco precisa sobreviver. Como diz o “Boato Ribeirinho”: “Se não morre o rio de fome, de sede, de sei lá o quê”.

Viva o rio São Francisco! Vamos defender essa causa com os nossos compositores Wilson Freitas, Nilton Freitas e Wilson Duarte.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Bobô, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, eu também, quero fazer uma manifestação de repúdio não a Polícia Militar, a instituição, mas o efetivo que trabalhou na Câmara Municipal de Salvador ontem, na Casa do Povo, onde agrediu jovens, professores e sindicalistas de uma forma muito violenta e agressiva.

Aliás, é importante, deputado Zó, a gente chamar e alertar o Comando da Polícia Militar sobre a obediência cega daqueles policiais, ontem, em atender o presidente daquela Casa que pedia para que retirasse as pessoas que estavam se manifestando democraticamente, como aconteceu nesta Casa.

Tivemos um embate nesta Casa, quando votamos o Plano de Educação Estadual. A Casa ficou dividida, mas não tivemos violência, nem agressão. Lamentavelmente, ontem, não foi isso que vimos na Câmara Municipal de Salvador. O que vimos, que está registrado em vídeos, foi, realmente, a falta de paciência, de diálogo daqueles policiais, no sentido de entender o contraditório e de respeitar aquelas pessoas que estavam ali defendendo uma bandeira que entendemos que é importante.

Portanto, chamo a atenção de Maurício Barbosa, secretário da Segurança Pública, e do coronel Anselmo, comandante-geral da Polícia Militar, para que tomem providências, investiguem a situação e punam de forma exemplar, se for necessário e assim ficar comprovado, aqueles policiais que trataram com violência aqueles jovens e professores no dia de ontem, para que voltemos a ter a polícia do passado. Uma polícia obedientemente cega àquele que comandada e que governa.

Portanto, fica o nosso repúdio. Por isso eu assinei essa moção de repúdio, juntamente com os deputados Zó e Fabrício Falcão, para que realmente fique registrada, nesta Casa, a nossa indignação com o ato covarde daqueles policiais, no dia de ontem, que bateram e privaram as pessoas de estarem colocando o seu sentimento de reprovação a um projeto que estava em curso na Casa, que é absolutamente – volto a repetir – democrático e de direito de qualquer cidadão.

Eu também quero, Sr. Presidente, para encerrar, fazer um pequeno registro. Eu estava ouvindo a fala do deputado Luciano Ribeiro – deputado, Luciano –, que eu achei importante, porque sabemos dos problemas, sobretudo os da educação. Todos nós, juntos, temos de trabalhar para melhorar, obviamente, não só a questão estrutural, física dos prédios das escolas, mas também o próprio ensino da educação.

Eu quero deixar registrado que eu nunca vi na história do governo da Bahia, um governador tão presente e dialogando sobre as questões da educação como o nosso governador, Rui Costa. Vou dizer mais: nunca vi um único governador na história da Bahia ir a um colégio estadual debater com os alunos sobre os problemas da escola. O problema existe, o problema é real, mas ele teve e está tendo a coragem de dialogar com os jovens estudantes, que a gente sabe que não é fácil, de ouvir as suas

necessidades e de resolvê-las.

Portanto, fica o registro. É bom também colocar, deputado Zó, deputado Fabrício Falcão, que é muito raro um prefeito ir à escola do seu próprio município debater – eu não tenho notícia disso, não tenho informação – com os alunos das escolas municipais. Não tenho! Se V.Ex^{as} souberem, por gentileza, nos ajudem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu ia todos os anos!

O Sr. BOBÔ:- Pronto! O senhor foi.

O nosso governador, em apenas um ano e meio de governo, foi há quase 200 escolas.

Portanto, é absolutamente necessário que coloquemos aqui, que o governador tem debatido de forma clara e presente, presença física. Ele não é aquele governador que se esconde, não. Ele vê o problema e vai debater com o aluno na escola, com o diretor da escola e com os pais dos alunos da escola, para possamos, assim, construir a educação que todos queremos.

Portanto, presidente, retornando à primeira fala, fica aqui, mais uma vez, o ato de desagravo e a moção de repúdio à atuação lamentável e desastrosa da Polícia Militar, no dia de ontem, por conta da votação do Plano Municipal de Educação.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Comunicação inadiável do deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por me conceder esses 5 minutos para fazer a minha comunicação inadiável.

Peço a atenção do Plenário, porque essa comunicação inadiável é importantíssima. Na segunda-feira votamos dois projetos de lei. No meu entendimento a sessão de segunda-feira ocorreu de maneira irregular. Por esse motivo, nós, da Oposição, impetramos um mandado de segurança no Tribunal de Justiça, hoje, às 14 horas, pedindo a suspensão dos efeitos da sessão de segunda-feira.

Temos uma sessão extraordinária convocada para amanhã para votarmos um projeto de lei que retira direitos e concessões feitas pelo Estado da Bahia a indústrias que vieram se instalar em nosso Estado.

Nós estamos na expectativa de que o Tribunal de Justiça entenda o nosso mandado de segurança, suspenda os efeitos da sessão de segunda-feira, justamente para que tenhamos a condição de discutir e debater esse projeto, que trará prejuízos gravíssimos ao Estado da Bahia. Agradeço a V. Ex^a e fico aguardando, juntamente com a Bancada da Oposição, o julgamento desse mandado de segurança. Uma vez que ele seja acolhido pelo Tribunal de Justiça, nós iremos ter a oportunidade de discutir o projeto de lei, já que não nos foi dada essa oportunidade, porque o Poder

Executivo o encaminhou em caráter de urgência, e nós sabemos que quando um projeto chega aqui em caráter de urgência nós não temos a condição de debatê-lo. Então, vamos aguardar ansiosamente o julgamento do Tribunal de Justiça para que tenhamos a oportunidade de discutir e compreender, de uma vez por todas, se esse é o melhor caminho a ser adotado.

No meu entendimento particular, esse projeto vai prejudicar, e muito, o Estado da Bahia, a indústria baiana. As empresas que confiaram no Estado da Bahia, que vieram e se instalaram em nosso território, acreditando na credibilidade deste Estado, muitas delas fecharão as portas. A arrecadação do Estado vai terminar, no meu entendimento, caindo, o que vai gerar ainda mais desemprego num Estado que já está com muitos desempregados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. A comunicação inadiável era essa.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Concedo a palavra ao deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, todos os presentes, o meu boa-tarde. A minha fala de hoje também segue a linha dos nobres deputados Bobô e Zó, deputados da Bancada do PCdoB, sobre o fato ocorrido ontem, uma atrocidade cometida pela Polícia Militar, não a sua totalidade, mas alguns policiais de algum pelotão, de alguma companhia cedida à Câmara Municipal de Salvador e à Prefeitura, os quais, de forma insana, massacraram estudantes, bateram em estudantes, espancaram professores das redes públicas municipal e estadual. Policiais que pegaram estudantes e jogaram no meio da rua, como lixo, bateram com cassete, deram chutes em professores e em sindicalistas, que estavam ali de forma pacífica, ordeira, democrática, protestando contra ações da Câmara, a pedido do prefeito municipal, sem um debate com a sociedade. A Casa das Leis municipal, como esta aqui, que é a Casa das Leis estadual, é a Casa do cidadão, como são conhecidos os Parlamentos municipais, estaduais e o Parlamento nacional, no caso o Congresso Nacional, com suas duas Casas, a Câmara e o Senado. A Câmara Municipal virou palco de guerra. A população não pôde entrar na Câmara, foi agredida por policiais militares, e isso é uma aberração.

Estamos aqui, os deputados do PCdoB, fazendo uma moção de repúdio a essa ação da Polícia Militar, contrária à decisão de seu comando, que tem à frente um homem de bem, que é o nosso governador, comandante máximo da Polícia Militar, que sempre esteve pautado por trazer para o Estado uma polícia séria, enérgica, mas uma polícia cidadã, uma polícia que dialoga com os movimentos sociais, uma polícia que tenha responsabilidade com o povo e que não faça o que foi feito no dia de ontem. Isso era a polícia de 30 anos atrás, quando os coronéis governavam a Bahia com o chicote e o povo não era escutado.

Precisamos que a polícia garanta segurança e integridade nos espaços públicos. Mas aquilo de ontem foi um ato de selvageria, um ato covarde de policiais despreparados, que usaram a farda para agredir jovens, estudantes da UNE, da UBES, da UEB, da UJS, sindicalistas, professores da APLB, que foram selvagemmente agredidos pelos policiais ali presentes. Essa não é a polícia que queremos, não é a

polícia que buscamos, que é uma polícia cidadã, mais perto do povo e que trabalhe em consonância com o ambiente do século XXI, com responsabilidade e respeito às pessoas e às entidades sociais.

Inclusive, no dia de ontem eu estava aqui, na Assembleia, com um grupo de policiais militares do Corpo de Bombeiros, junto com o presidente Marcelo Nilo, pedindo que esta Casa aprove de forma urgente um projeto de lei que permita ao policial militar também lecionar, que permita ao policial militar e ao bombeiro ser policial e dar aula. É a questão da compatibilidade, porque hoje a Constituição Federal e a Constituição Estadual proíbem.

Temos professores que são advogados, psicólogos, historiadores, pedagogos. Que os policiais também possam fazer um concurso, dar aulas em escolas, em universidades. Como existem vários oficiais com duas, três carreiras universitárias, que possam também trabalhar no magistério. Precisamos de uma polícia desse tipo, uma polícia que seja cidadã, com boa formação e que não faça aquele horror do dia de ontem.

Esta é a minha fala, a do deputado Zó, a do presidente Zó, a do deputado Bobô, e do PCdoB de uma forma geral. Estaremos entregando nesta Casa, no dia de hoje, uma moção de repúdio àquele ato selvagem do dia de ontem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo à tribuna nesta quarta-feira com uma grande preocupação. O Poder Executivo encaminhou um projeto de lei para esta Casa com pedido de regime de urgência. Esse pedido foi votado por esta Assembleia na segunda-feira de maneira completamente arbitrária, no meu entendimento.

No momento em que foi conveniente para o Estado da Bahia fazer concessões para atrair o setor produtivo, fizemos. Os empresários acreditaram e trouxeram suas indústrias, suas empresas, confiaram na palavra do Estado da Bahia. Depois que receberam o incentivo fiscal do Estado para se instalarem e trabalharem, que a relação de confiança foi estabelecida, o Poder Executivo resolve encaminhar para esta Assembleia um projeto de lei que retira direitos, concessões e finaliza, de uma vez por todas, a confiança e a parceria entre o Estado e os empresários que aqui vieram investir.

Não podemos aprovar um projeto de lei dessa forma como está sendo colocado aqui, nesta Casa.

Nós temos, Sr. Presidente, a responsabilidade de garantir a credibilidade do Estado da Bahia. Em um momento de crise como este, se esta Assembleia aprovar este projeto de lei, nós vamos estar aumentando impostos para empresas que já andam em dificuldades.

Pensa o Poder Executivo em aumentar a sua arrecadação com este projeto de lei?

Eu posso assegurar a V. Ex^{as}. que isso não vai acontecer. Este projeto de lei vai quebrar boa parte das empresas que confiaram no Estado da Bahia e vieram se instalar aqui. Se essas empresas fecharem as suas portas, a nossa arrecadação vai cair e o desemprego vai aumentar.

Percebam V. Ex^{as}. que o Estado da Bahia já é um dos estados que mais tem desempregados. Eu desafio um parlamentar, dentre os 62 componentes desta Assembleia, a vir a esta tribuna defender este projeto de lei. Deputado Hildécio, nós temos que defender a credibilidade do nosso Estado. E este projeto de lei vai jogar a credibilidade do Estado da Bahia na lata do lixo. Nós nos comprometemos com empresas e indústrias da Federação e, até, com indústrias e empresas do exterior.

O governador Rui Costa foi, no mês passado, com o nosso presidente Marcelo Nilo, até a China atrair investidores para o Estado da Bahia.

Mas, depois de aprovarmos um projeto como este, qual é o empresário que vai se sentir seguro em investir no Estado da Bahia? Este é um Estado que, depois do jogo começado, resolve mudar a regra do jogo. Que tipo de confiança nós vamos dar aos investidores? Que credibilidade o Estado da Bahia vai ter, amanhã, para fazer novas parcerias e para atrair novos investidores?

Por isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, peço responsabilidade a V. Ex^{as}.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vejam, se este projeto de lei, em regime de urgência, for aprovado de maneira apressada, o mesmo irá prejudicar, definitivamente, a credibilidade do nosso Estado. Tal majoração de imposto irá, também, diminuir a nossa arrecadação, pois vai quebrar empresários e vai causar um número de desempregos ainda maior para um Estado que já vive o problema de desemprego muito grande.

Eu finalizo meu pronunciamento, Sr. Presidente, pedindo aos nobres colegas responsabilidade quanto à aprovação deste projeto de lei. E, a meu ver, esta matéria, da forma que pretende ser votada, é um projeto de lei irresponsável.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, venho de uma reunião, junto ao secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas, da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) que criou o Prêmio Irmã Dulce. E o prêmio foi dado a 20 municípios que apresentaram e executaram projetos na área da saúde que mais se destacaram, além, claro, do trabalho feito por outros municípios do Estado da Bahia.

Eu participei da entrega desse prêmio representando o prefeito Manoel Rocha de Coribe que recebeu o prêmio do secretário da Saúde. E o coordenador da Academia da Saúde desenvolve, lá, um trabalho, também, belíssimo. Com isso, vários municípios receberam o Prêmio Irmã Dulce que foi criado pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para incentivar os municípios a, realmente, elaborar e executar projetos na área da saúde para atender melhor a todo aquele que usa o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na realidade, em nosso Estado – e não é diferente no resto do País – a grande maioria das pessoas é atendida pelo SUS, Sistema Único de Saúde. Vi nos jornais, recentemente, que, com esta crise, muitos não estão mais pagando os planos de saúde e indo para o SUS. Isso está aumentando a demanda, que já era grande.

O secretário Fábio Vilas-Boas vem se esforçando para atender e melhorar o atendimento do SUS em nosso Estado. Entretanto, com certeza, terá dificuldade por causa desta crise que o nosso País atravessa. As pessoas não estão conseguindo pagar seus planos de saúde, tendo de ir ao Sistema Único de Saúde.

Quero deixar registrado que o SUS tem um bom atendimento em muitos municípios. Mas está tendo dificuldades naqueles em que seus gestores não trabalham corretamente a parceria com o Estado.

Em relação, Sr. Presidente, ao que disse o nobre deputado Luciano Ribeiro sobre a falta de professor na área da Educação, quero dizer que concordo em parte. Em parte, tendo em vista que o Ministério Público e a Procuradoria vêm fiscalizando intensamente os contratos PSTs dos professores, que foram cancelados, e assim esses contratos não poderão mais ser feitos, pois são contra a legislação vigente. Desse modo, o Estado fica sem condição de fazer uma seleção simplificada, o REDA, para atender esses municípios.

Quero citar o exemplo do município de Ituaçu, onde está faltando professor. Já estive com o secretário que acabou de ser empossado, senador Walter Pinheiro, que já está adotando as providências. O governador determinou que contratasse alguns emergenciais, para que os alunos não fiquem sem aula. Foi feito o contrato de 1 mês, que pode ser prorrogado por mais 30 dias, para que os alunos não fiquem sem aula, e assim haja tempo para que seja feita uma seleção através do REDA, para, em seguida, haver a possibilidade de ser feito um concurso público.

A área da Educação, realmente, vem sofrendo um pouco, mas o novo secretário está empenhado em melhorar o atendimento nos municípios e nos anexos dos colégios estaduais. É o caso no município de Ituaçu – como relatei há pouco –, nos distritos de Lagoa da Laje, Tranqueiras e Laranjeiras. Estão faltando professores nesses distritos, mas o secretário garantiu que até segunda-feira esse problema de os alunos ficarem sem aula estará resolvido.

Muito obrigado, nobre presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fátima

Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero parabenizar a nossa prefeita Gracinha, de Araçás. É do conhecimento de todos – já que a internet, hoje, nos ajuda a obter informações de todos os municípios – o brilhante trabalho que essa mulher desenvolve lá. Ela recebeu o município praticamente arrasado, com as contas deficitárias, e vem tendo todo o empenho para tirá-lo CAUC.

E também vem buscando regularizar o abastecimento de água tanto na cidade como no interior. A gente que é lá do sertão, quando fica sabendo que um município que fica quase no litoral, onde chove bastante, onde o lençol freático também é rico, não entende quando ver que ainda nesse tempo comunidades com falta de abastecimento de água.

E a gente vê na pessoa da prefeita Gracinha, que representa o município, o empenho de estar sempre aqui na Cerb buscando ações o mais rápido possível para o atendimento dessas comunidades. Também tratando de como ver a parceria entre o sistema municipal de abastecimento de água, com a Embasa, e tudo isso para resolver e melhorar a vida das pessoas.

Eu queria também registrar, com satisfação, e parabenizar o prefeito Dr. Igor, é um médico que governa o município de Tucano. E nesse final de semana tivemos lá duas grandes inaugurações. Ele, na verdade, demonstra para a população o seu cuidado, o seu carinho com a população através das ações da saúde e da educação, construindo no distrito de Caldas do Jorro, que é um grande distrito, quase do tamanho da cidade de Tucano, uma grande escola, uma bela escola de qualidade para o atendimento da comunidade.

E o cuidado com os bairros mais distantes, mais sofridos, mais esquecidos por outras administrações que já passaram, também entregou para o bairro do Barracão uma bonita e equipada unidade básica de saúde. Foi, praticamente, uma grande festa, porque há muitos anos aquele bairro precisava de um olhar mais atencioso. E o nosso Dr. Igor tem envidado toda essa atenção, com investimentos em várias áreas do povoado Caldas do Jorro, e nesse final de semana foi a hora e a vez do bairro do Barracão receber aquele equipamento de saúde.

E a gente percebe que enquanto em Brasília o governo golpista – e vemos essas notícias a cada momento pela internet – vem anunciando cortes em vários programas sociais, inclusive no SUS, fazemos esse paralelo observando a atenção, o cuidado do governo do prefeito Dr. Igor. Um jovem médico, filiado ao Partido dos Trabalhadores, e que também, desde o primeiro momento que a nossa presidente Dilma criou o Programa Mais Médicos, foi um dos primeiros a abraçar o programa, mesmo sendo médico e percebendo todo o conflito em que muitos que não aceitavam o Programa Mais Médicos, ele foi um dos primeiros a aceitar, a aderir e esse programa hoje com os médicos cubanos, a maioria é médicos cubanos, que estão lá atendendo as comunidades mais distantes do município.

O município de Tucano é um município muito grande, com uma população extensa espalhada por aquele sertão e, com certeza, o Programa Mais Médicos,

recebido e apoiado por aquele médico que dirige a cidade, o prefeito mais jovem do nosso território, com carinho, tem sido atendida e bem cuidada por todos os que trabalham na área de saúde.

Estava aqui hoje a nossa secretária Fernanda, a quem quero parabenizar pelo grande encontro de saúde que se realiza aqui na nossa Casa Legislativa, no auditório local.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, obrigado pela audiência que vocês têm-nos dado acompanhando os trabalhos desta Casa, não somente nas comissões temáticas como também no plenário desta Casa, Sr. Presidente, venho aqui nesta tarde para registrar que hoje celebramos o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

(Lê) “Atualmente temos 20 milhões de pessoas idosas no Brasil. Isso representa 11% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Projeções mostram que em 2050 haverá duas vezes mais idosos do que crianças no país.

A data de hoje é de extrema relevância, para sensibilizar a sociedade no geral no combate à violência contra pessoas da terceira idade, além de despertar para a necessidade de políticas públicas eficazes, que verdadeiramente estimulem o envelhecimento de forma saudável, tranquila, com qualidade de vida e dignidade.

Vale ressaltar que a violência contra a pessoa idosa não está somente associada a agressão física. A negligência também é apontada como uma forma de violência. No ano de 2014 representou 76,3% das denúncias recebidas pelo disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A negligência acontece pela omissão dos familiares ou instituições com cuidados básicos, como: a privação de medicamentos, descuido com a higiene e saúde, falta de proteção contra o frio e o calor.

Portanto qualquer tipo de violência deve ser denunciada. Para isso, peço, que disque 100. É um serviço gratuito, que funciona 24 horas por dia. O silêncio também é uma forma de agressão!”

Sr. Presidente, falando nisso, a Comissão de Defesa do Consumidor realizou hoje uma audiência pública sobre o superendividamento do consumidor idoso, aposentado e pensionista. Tivemos a presença da ilustríssima juíza titular do Sistema dos Juizados Especiais, Dr^a Fabiana Andrea de Almeida Oliveira Pellegrino. Inclusive, quero aqui parabenizar os Juizados Especiais na pessoa da Dr^a Fabiana. No Nordeste, aliás, no Brasil, só existem dois sistemas de juizados para atender as pessoas com superendividamento, um na Bahia e o outro no Distrito Federal. Por isso,

precisamos chamar a atenção do Tribunal de Justiça da Bahia para expandir esse trabalho importantíssimo, que é prestado pela juíza e titular do Sistema dos Juizados Especiais. Aqui na Bahia só tem um, que fica na cidade do Salvador.

Nessa audiência pública, tivemos a presença de vários idosos da Asaprev; do Dr. Marcos Barroso de Oliveira, presidente da Asaprev; do Dr. Rafael; do professor Antônio Carvalho; do professor e psicólogo Adailton Conceição. Foi realmente uma audiência proveitosa em comemoração a esse Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. E a questão do superendividamento, realmente, tem atingido 80% da população idosa.

Precisamos avançar as discussões não só aqui nesta Casa mas também em outras cidades do Estado da Bahia, para evitar que os idosos que se encontram vulneráveis a esse tipo de assédio, não venham a sofrer com o superendividamento. Os idosos já ganham o salário mínimo, a maioria dos idosos, 80% deles só ganham o salário mínimo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Concluindo, Sr. Presidente. quero aqui agradecer, mais uma vez, a *TV Assembleia* que deu toda a cobertura, agradecer ao presidente desta Casa também que tem dado toda essa cobertura das ações desta Comissão, e vamos continuar o trabalho em defesa dos consumidores do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, solicito de V. Ex^a que proceda uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não será necessário, deputado Aderbal, até porque neste momento só tem neste Plenário 3 deputados, o deputado que vos fala, Adolfo Menezes, V. Ex^a que pediu a verificação, deputado Aderbal Caldas e o deputado que acabou de fazer o pronunciamento, o deputado José de Arimatéia.

Portanto, não há número para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.